SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/04/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião – O jornalismo que ataca a democracia

No dia 26 de abril, a Rede Globo, maior conglomerado de comunicação do país, fará uma grande festa para comemorar seus 50 anos. Os movimentos sociais que lutam pela democratização das comunicações brasileiras se organizam para, no dia 23, promoverem atos intitulados de "descomemoração". É a resposta da sociedade organizada a um grupo jornalístico que, nesse meio século de existência, tem prestado um enorme desserviço à verdade e à democracia.

Criada oficialmente em abril de 1965, a TV Globo nasceu sob as bênçãos da ditadura que, um ano antes, havia promovido o golpe militar contra o governo legitimamente eleito de João Goulart. Em setembro daquele mesmo ano, o governo militar criaria a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações). A ideia era montar uma grande infraestrutura nacional que pudesse levar aos brasileiros de todas as regiões a visão única e reacionária dos militares. A TV Globo forneceria o conteúdo e a Embratel, a rede de telecomunicações. Num processo de canibalização de diversas emissoras regionais, a Globo se transformou numa potência de comunicação. E jamais foi uma afilhada mal agradecida.

Durante todo o período militar a Rede Globo serviu com entusiasmo seus padrinhos. O símbolo maior dessa subserviência foi um programa lançado na TV Tupi, mas imediatamente contratado pela TV Globo - Amaral Netto, o Repórter. Apresentado por um ex-deputado udenista que passou pelo MDB e, a partir de 1966, se filiou ao partido oficial da ditadura, a Arena, o programa era o porta-voz dos "grandes feitos" militares. Apresentado em horário nobre - primeiro aos sábados e, depois, aos domingos à noite - durou de 1968 a 1983.

Em 1984, quando os brasileiros voltaram a ocupar as ruas em manifestações populares exigindo eleições diretas para a presidência da República, o governo do general João Figueiredo agiu com a truculência de sempre tentando impedir o avanço da campanha das Diretas Já. Contou com o aliado de todas as horas, o Sistema Globo, que escondia as manifestações até ser atropelado pelas multidões que lotavam as avenidas do Rio e de São Paulo e, em seguida, de todas as capitais brasileiras. Apesar disso, a Emenda Dante de Oliveira foi rejeitada na Câmara dos Deputados.

Com a redemocratização, em 1985, e a inesperada posse de José Sarney na presidência, as Organizações Globo se mantiveram ao lado dos vitoriosos. E conseguiram emplacar ninguém menos que um grande amigo da família, o político baiano Antônio Carlos Magalhães, como ministro das Comunicações. Conhecido como Toninho Malvadeza, o ministro fez justiça ao apelido, perseguindo políticos desafetos e trabalhadores.

Em 1987, Magalhães tentou beneficiar a Globo, passando por cima da lei, no chamado Caso Vicom. A Vicom era um consórcio formado pelas Organizações Globo, Bradesco e Victori Comunicações para explorar um serviço de comunicações de dados, prerrogativa exclusiva da Embratel, então estatal. O contrato só não foi adiante porque os trabalhadores da Embratel, a partir do Rio de Janeiro, realizaram uma greve nacional.

No processo de elaboração da Constituição de 1988, a Globo liderou os setores que se opunham ao Capítulo da Comunicação Social. Por força dessa pressão, que permanece, até hoje os artigos 220 e 223 da Constituição não foram regulamentados.

Sempre na contramão dos interesses populares, na eleição de 1989, a primeira depois do fim da ditadura, a Globo editou o debate entre Collor e Lula, favorecendo Fernando Collor, o "Caçador de Marajás", candidato dos meios de comunicação e das elites. Collor foi afastado em 1992, depois de ter sofrido o impeachment, e a Globo desembarcou de mala e cuia na campanha de Fernando Henrique Cardoso. Apoio que se estendeu pelos dois mandatos de FHC, o presidente que teve um destacado papel na destruição da indústria nacional, privatizando e desnacionalizando um setor chave, o das telecomunicações.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Em 31 de agosto de 2013, editorial do jornal O Globo intitulado "Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro", fazia uma autocrítica às posturas adotadas pelo grupo jornalístico. Em determinado trecho, o editorial afirma que "a lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O Globo de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como o Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e o Correio da Manhã". Os fatos recentes demonstram que essa autocrítica foi mais uma jogada de marketing.

As Organizações Globo continuam na linha de frente do combate aos trabalhadores e à democratização do país. Apoia a lei nefasta da terceirização em massa, o PL 4330/04, e se coloca contra qualquer tentativa de regulação da mídia. As manifestações programadas para o dia 23 pretendem demonstrar que a sociedade brasileira está cansada de manipulações.

22/04/2015 - Telesíntese

Dilma sanciona lei das antenas, mas veta manifestação da Anatel

A presidente Dilma Rousseff sancionou hoje a lei 13.116/15, que unifica as regras de instalação de antenas de celular em todo o país. As prefeituras terão, a partir de agora, que se manifestar sobre a instalação das torres de celulares em prazo máximo de 60 dias. Se isto não ocorrer, as operadoras poderão instalar seus sites, cumprindo as regras municipais. Foi vetado o item da lei que previa a autorização da Anatel, caso a administração municipal não se manifestasse sobre o pleito dentro do prazo estipulado.

A Lei das Antenas, sancionada hoje pela presidente Dilma Rousseff ,unifica as regras de instalação de antenas de celular em todo o país, um pleito antigo das operadoras,que enfrentavam muitas dificuldades para instalar seus sites devido a diversidade de regras estabelecidas pelas prefeituras. O Brasil tem um número muito pequeno de antenas – pouco mais de 60 mil, número inferior ao que um país como o Japão possui.

O artigo 7ºda Lei 13.116/15 é o de maior impacto, pois estabelece um prazo de 60 dias (e algumas prorrogações) para as administrações municipais se manifestarem sobre a instalação das antenas, caso contrário, as operadoras poderão fazê-lo. O Senador Walter Pinheiro, relator do projeto no Senado Federal, tinha acrescentado no texto a necessidade de autorização da Anatel, passado o prazo de manifestação da prefeitura, mas este acréscimo foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. Há diferentes juristas que entendem que todo este artigo é inconstitucional.

A lei estabelece também condições para o compartilhamento dos sites e estabelece prazo de 10 anos para este licenciamento. As small cells ficam fora da necessidade de licença municipal.

Outros vetos

A presidente vetou ainda o item que estabelecia obrigações para o poder público fazer investimentos no setor. O inciso vetado dizia o seguinte: "a oferta qualificada, em regime competitivo e regulado, de serviços de telecomunicações requer constante ampliação da cobertura e da capacidade das redes, o que implica a instalação ou substituição frequente de elementos de rede e da respectiva infraestrutura de suporte, cabendo ao poder público promover os investimentos necessários e tornar o processo burocrático ágil e de baixo custo para empresas e usuários".

E vetou quase integralmente os dois artigos que estabeleciam condições sobre a capacidade das antenas. Alguns itens da lei ainda precisarão ser regulados pela Anatel. As prefeituras também terão que fazer novas regulações, para se adaptarem às novas disposições

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/04/2015 - CUT

A luta não acabou. Dia 22 de abril, CUT vai às ruas contra terceirização

No "Dia Nacional de Paralisações Contra o PL 4330" os trabalhadores deram um recado à Brasília, que sentiu a pressão e recuou. Enquanto o PL 4330 não cair, não haverá arrego

Na próxima quarta-feira (22), a CUT intensificará, em todo o País, a luta nas ruas e nas redes contra o PL 4330, que amplia a terceirização no Brasil. Em Brasília, mais uma vez, os parlamentares vão se reunir para analisar e votar os destaques do projeto.

Na última quarta-feira (15), o "Dia Nacional de Paralisação Contra o PL 4330", convocado pela CUT e outras centrais sindicais, mobilizou trabalhadores e trabalhadoras de diversas categorias que deram uma resposta à Brasília, mostrando que não aceitarão a terceirização.

A pressão popular surtiu efeito e na Câmara, diante do recuo de muitos parlamentares, o presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB), teve que adiar a votação dos destaques do PL 4330. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), imediatamente foi aos microfones dizer que por lá o projeto não será aprovado.

"Para nós termos um Brasil melhor, vai ter que mexer na linha econômica. Ajuste, se for pra fazer, que faça nas grandes fortunas", defendeu o presidente da CUT, Vagner Freitas, que atacou o projeto da terceirização. "Se for preciso fazer uma greve nacional pra impedir que se mexa no PL 4330, não tenham dúvidas de que faremos."

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

09/04/2015 - Carta Maior

Os fundos abutres sangram a economia dos países pobres

O termo "fundo abutre" serve para descrever uma entidade privada que adquire títulos de dívida não pagos com o objetivo de obter lucros exorbitantes.

As práticas dos chamados "fundos abutres" voltaram a ser alvo da atenção internacional desde que a Corte Suprema dos Estados Unidos confirmou a decisão de um tribunal de Nova York no caso da NML Capital contra o Estado argentino, que bloqueia a capacidade do país de cumprir com os pagamentos de sua dívida renegociada.

A Argentina declarou sua moratória em 2001. Entre 2005 e 2010 iniciou as negociações para reestruturar sua dívida. No dia 16 de junho de 2014, a máxima corte estadunidense rejeitou a apelação argentina contra a decisão do tribunal novaiorquino, determinando que a Argentina teria que pagar o montante reclamado pelos fundos abutres – que não participaram das renegociações, recusando o diálogo com os argentinos.

Desta forma, os fundos abutres esperavam obter pela via judicial o equivalente a 1600% do que investiram. Os abutres compraram títulos argentinos por 48 milhões de dólares, e a sentença ordenou que o pagamento agora deve ser de 832 milhões.

Irônico, o economista Joseph Stiglitz, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 2001, observou que "esta é a primeira vez na história que um país pode e quer pagar os seus credores, mas é impedido pela Justiça".

Embora o caso tenha dado notoriedade aos fundos abutre, suas práticas predatórias não começaram com a Argentina.

O termo "fundo abutre" serve para descrever uma entidade comercial privada que, segundo o especialista Cephas Lumina, compra ou adquire, via outras formas de transação, um título de dívida não pago ou em quebra, com o objetivo de obter lucros exorbitantes a médio ou longo prazo.

Os fundos abutres são "hedgefunds" (fundos de cobertura) cujo modus operandi se caracteriza por: 1) comprar títulos de dívida desvalorizados no mercado secundário, a um preço muito mais baixo que o do seu valor real; 2) negar-se a participar em acordos de reestruturação com o Estado endividado; 3) exigir pela via judicial, incluindo embargos e outras penalidades, o pagamento total da dívida, o que pode implicar na soma do valor nominal mais juros e eventuais multas.

Muitos países em desenvolvimento do hemisfério sul já foram vítimas desse tipo de procedimento "abutre", especialmente os da África e da América Latina. Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), ao menos 20 países pobres do continente, imensamente endividados, já foram ameaçados com ações legais por credores comerciais e fundos abutres.

No ano 2000, a empresa MNL Capital processou o Peru, e quatro anos depois o país andino foi obrigado a pagar quase 56 milhões de dólares por títulos de sua dívida, que os abutres compraram por 11,8 milhões.

Os documentos do BAD mostram que até o ano de 2007, os fundos abutres conseguiram 25 sentenças favoráveis e quase um bilhão de dólares em suas operações no continente.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) informam que entre 1998 e 2008 foram iniciados 54 juízos contra 12 países pobres e fortemente endividados. O FMI estima que, em alguns casos, os pedidos feitos pelos fundos abutres à Justiça equivale a cifras próximas a 12% do produto interno bruto dos países demandados.

A preocupação pela extensão dessas práticas predatórias que afetam países emergentes, além de suas implicações sistêmicas, inspirou um pedido de intervenção por parte de autoridades internacionais e de instituições multilaterais.

O BAD denunciou que, mediante obstáculos para reestruturações que aliviem o pagamento da dívida e o gasto multimilionário em custos fiscais, os fundos abutres estão soterrando o desenvolvimento dos países africanos mais vulneráveis.

Em junho de 2014, os chefes de Estado e de governo do Grupo dos 77 mais a China, reunidos na cidade de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, reiteraram a importância de "não permitir que os fundos abutres neutralizem os esforços dos países em desenvolvimento para reestruturar suas dívidas" e afirmaram que "esses fundos não devem se sobrepor ao direito dos Estados de proteger sua população como princípio garantido pela lei internacional".

O FMI vem reiterando que manter a sentença contra a Argentina debilitará as tentativas futuras de reestruturação de dívidas soberanas.

Em 2007, os ministros de Economia dos maiores países industrializados, reunidos no Grupo dos 8, definiram uma tarefa conjunta para identificar medidas que possam resolver esses problemas.

Em setembro de 2014, a Argentina apresentou uma resolução sobre as atividades dos fundos abutres relacionadas com a dívida externa e outras obrigações financeiras do ponto de vista dos direitos humanos, e que foi aprovada na 27ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, com sede em Genebra.

Antes disso, em junho do mesmo ano, durante o 26º período de sessões do Conselho, foi aprovada a resolução intitulada "Elaboração de um instrumento internacional juridicamente vinculante sobre as empresas transnacionais e outras empresas, sob a ótica dos direitos humanos". Esta última coloca em marcha um processo de negociação visando criar um instrumento legal que atue sobre as corporações transnacionais e zele por suas obrigações no âmbito dos direitos humanos.

21/04/2015 - Vermelho

Juíza do Trabalho afirma que terceirização cria "carcaças de empresas"

A presidente da Associação dos Magistrados de Justiça do Trabalho de São Paulo, Patrícia Almeida Ramos, afirma que o projeto de lei 4330/04, que autoriza a terceirização de funcionários em qualquer atividade de uma empresa, simboliza um "retrocesso muito grande em toda a discussão sobre direitos trabalhistas das últimas décadas".

A juíza discorda que terceirização ilimitada reduza o desemprego e traga segurança jurídica. Ela avalia que a terceirização cria "carcaças de empresas", que acabam com um referencial claro sobre quem é responsável pelos funcionários, o que "interessa apenas aos empresários".

"A Anamatra e as Amatras têm se manifestado publicamente contra o PL 4330. Temos feito cartas abertas à sociedade e reuniões com deputados para disputar a opinião pública. Acho que os trabalhadores ainda não entenderam a gravidade da situação, se entendessem as mobilizações de rua seriam maiores", afirma ela.

Patrícia Ramos diz que é "muito comum" que as terceirizadas não paguem os impostos devidos aos trabalhadores, não recolham fundo de garantia e atrasem salários. "Nós não queremos criar subterfúgios, criar um problema e daí vir com um remendo de solução, nós queremos manter um direito historicamente constituído. Não tenho dúvidas de que a aprovação do PL 4330 aumentará o índice de desemprego, pois os empregados terceirizados terão de aumentar sua carga de trabalho para receber um salário significativo, o que reduzirá o número de vagas no mercado de trabalho. E os empregos oferecidos terão condições precárias. O empregado continuará [e serão exigidas] as mesmas obrigações; em contrapartida, seus direitos serão reduzidos", diz.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/04/2015 - Altamiro Borges

Globo e PSDB querem entregar o pré-sal

Os entreguistas de plantão e a mídia privatista não estão muito preocupados com as denúncias de corrupção na Petrobras. Na esteira de mais este escândalo, que envolve ex-diretores da estatal e poderosas empreiteiras, ambos visam outros objetivos. Um é mais imediato: a sangria do governo Dilma, apesar do seu esforço para apurar todas as irregularidades. Outro é mais estratégico: a entrega das riquezas do petróleo às multinacionais do setor. Este segundo intento ficou ainda mais explícito neste fim semana. Em editorial neste domingo (19), o jornal O Globo defendeu abertamente a abertura do pré-sal para as empresas estrangeiras. Já o tucano Aloysio Nunes Ferreira, o aloprado vice do cambaleante Aécio Neves, pregou o fim do modelo de partilha do petróleo.

Para o jornalão da famiglia Marinho, "o atual modelo para a exploração das novas áreas na camada do pré-sal restringe fortemente a possibilidade de atrair investidores e gerar mais receitas para o país. A situação financeira da Petrobras é um dos maiores obstáculos, porque o modelo exige que a estatal seja operadora única dos futuros blocos a serem explorados e ainda com a obrigação de participar em pelo menos 30% do consórcio vencedor, qualquer que seja... São regras que não combinam com a necessidade de a Petrobras escolher sócios e projetos de acordo com seus interesses".

Diante deste cenário, O Globo explicita sua proposta entreguista: "Essas regras poderão ser modificadas por iniciativa do Poder Executivo ou do Congresso. O ideal é que as questões técnicas prevaleçam sobre as ideológicas para que vários objetivos simultâneos possam ser atingidos: autonomia operacional da Petrobras, diversificação de investimentos (com consequente transferência de tecnologia), aumento de produção e arrecadação de royalties, ampliação da cadeia produtiva do setor, etc.". Chevron, Exxon e outras multinacionais do setor devem ter aplaudido o editorial do velho entreguista O Globo.

Entreguista e bajulador de FHC

Elas também devem ter adorado o artigo do senador Aloysio Nunes Ferreira, publicado na Folha desta terça-feira (21). Ele é autor do projeto de lei 417/14, que propõe a extinção do regime de partilha para os contratos de exploração do pré-sal. Sem papa na língua, o ex-motorista do guerrilheiro Carlos Marighela que se converteu num expoente da direita nativa afirma que "a escolha do regime de partilha, estabelecido no governo Lula, trouxe problemas desde o início. No leilão do pré-sal em 2013, apenas 11 empresas se inscreveram. O número ficou abaixo das 40 esperadas pela Agência Nacional de Petróleo. Vale lembrar que as duas gigantes do setor, Exxon e Chevron, desistiram de participar da disputa".

Leia mais em:
http://altamiroborges.blogspot.com.br/2015/04/globo-e--psdb-querem-entregar-o-pre-sal.html